



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **13 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 5 de março de 2013

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Cidades e Estados driblam Lei de Responsabilidade ..... 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Participação do BNDES nos investimentos volta a crescer ..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Indústria apura recorde na entrada de importados ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Governo negocia com setor para aprovar MP dos portos ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Podemos fazer o diabo na hora da eleição', diz Dilma ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>DIÁRIO DO AMAPÁ</b> José Sarney anuncia frentes para manter livre comércio ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> 80% dos servidores não se aposentam ..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Dilma diz que 'espírito lá fora' não dá pneumonia no Brasil ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> PIB baixo não esfria mercado de trabalho ..... 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Dilma quer ver IPCA de fevereiro antes de anunciar novos incentivos ..... 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Importados já são 21% do que país consome ..... 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Dilma espera por baixa na inflação para anunciar novas desonerações ..... 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CORREA NETO</b> Camilo Capiberibe elogia estabilidade institucional e anuncia reforma administrativa ..... 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Cidades e Estados driblam Lei de Responsabilidade</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Prefeitos e governadores estão fazendo operações financeiras que driblam a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eles ofertam a investidores recursos a serem pagos no futuro por créditos da dívida ativa. Relatórios do TCU apontam irregularidades na manobra.**

**Para Estados e municípios, captação nada tem de ilegal**

#### **Brasília**

Os Estados sustentam que as operações não foram lançadas para dissimular endividamento ou burlar regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, o principal motivo para fazer a "cessão de direitos creditórios" foi evitar o risco de variação cambial dos financiamentos externos.

Segundo a pasta, a LRF só proíbe a antecipação de receita tributária nos casos em que o fato gerador ainda está por ocorrer - o que, na avaliação da secretaria, não ocorre. Além disso, ela argumenta, em nota, que o Estado só tem o dever de remunerar os investidores se houver arrecadação ou fluxo de caixa no futuro. Em outras palavras, não há garantias - como acontece nos empréstimos tradicionais. O que significa que o risco é da outra parte. "A operação só feriria a Lei de Responsabilidade Fiscal se o Estado ficasse coobrigado pelo efetivo pagamento", explicou, em nota, a secretaria.

Para o **Ministério** Público junto ao TCU, praticamente não há que se falar em risco, pois o montante de dívida ativa envolvido nos negócios é abundante e a receita, sempre suficiente para remunerar os investidores.

A Secretaria da Fazenda de Minas também alega que o governador pode dispor de créditos gerados no passado, mesmo tratando-se de dívidas parceladas em longo prazo, cuja expectativa de arrecadação é para os anos que virão. "Não estou sacrificando receitas futuras, porque o fato gerador é pretérito", argumenta o subsecretário do Tesouro Estadual, Eduardo Codo.

Equívoco. Para ele, não há vedação legal às operações e a abordagem do TCU é equivocada. "Não estamos buscando receitas de maneira irresponsável."

A Prefeitura de São Paulo negou que pretenda fazer operação de crédito "na surdina". "Não estamos fazendo dívida, mas uma cessão de ativos. O município não estará garantindo risco, que é todo do investidor", ressaltou o secretário adjunto de Finanças, Antônio Paulo Vogel de Medeiros. A Prefeitura de Belo Horizonte não quis se pronunciar, alegando que o caso ainda está sob análise do TGU. / f.f. e AM.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Participação do <u>BNDES</u> nos investimentos volta a crescer</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O peso do BNDES nos investimentos voltou a crescer em 2012. Os desembolsos do banco responderam por 19,5% da formação bruta de capital fixo (os investimentos totais na economia) em 2012, ante 17,4% em 2011. Na sexta-feira, o IBGE informou que os investimentos caíram 4% em 2012 na comparação com o ano anterior. Dados levantados pelo Ibre/ FGV mostram que de 2000 a 2008 os recursos liberados pelo BNDES oscilaram entre 11% e 15% dos investimentos. Em 2009, foram 23,3%.

#### Peso do BNDES nos investimentos volta a crescer

Vinicius Neder

Rio

O peso do BNDES nos investimentos voltou a crescer no ano passado. Os desembolsos do banco público responderam por 19,5% da formação bruta de capital fixo (FBGF, conta dos investimentos totais na economia) em 2012, contra 17,4% no ano anterior. Na última sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que os investimentos caíram 4% em 2012 na comparação com 2011.

Dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/ FGV), a pedido do Estado, mostram a crise de 2009 como marco. De 2000 a 2008, os recursos liberados pelo BNDES oscilaram entre 11% e 15% dos investimentos. Em 2009, o banco respondeu por 23,3%.

Para o BNDES, há aí contornos de uma política anticíclica – o banco atua mais fortemente na crise e pisa no freio na recuperação da economia. Já na visão de Gabriel Leal de Barros, pesquisador do Ibre/FGV, embora a nova estratégia do banco tenha sido introduzida com a crise, o fato de ter sido mantida nos anos seguintes mostra que a política "não é pontual": "De 2009 em diante, o peso do BNDES nos investimentos caiu, mas não retornou aos patamares de antes."

O BNDES calcula apenas a parcela dos desembolsos voltada para o investimento - são excluídos o financiamento para capital de giro e exportações, além das aquisições de participações acionárias. Nesse cálculo, o BNDES liberou

R\$121,2 bilhões em 2012 em vez dos R\$ 156 bilhões registrados no total.

Anterior. Segundo Francisco Eduardo Pires de Souza, economista da Área de Planejamento do BNDES, a tendência era os investimentos crescerem no ritmo dos desembolsos do banco, mas, "quando vem a crise, os desembolsos passam a crescer antes dos investimentos".

No último trimestre de 2008 e no início de 2009, os investimentos tombaram, na esteira da quebra do banco de investimento Lehman Brothers nos EUA. A FB- CF recuou 6,7% em relação a 2008. Quando, a partir do segundo trimestre de 2009, o investimento começou a se recuperar, o peso do BNDES diminuiu.

Em 2012, os investimentos voltaram a cair, por quatro trimestres seguidos, e então a participação do banco voltou a crescer. "A curva histórica é essa. Quando o investimento começa a subir novamente, a participação do BNDES cai. Esperamos que esse padrão aconteça novamente", disse o vice-presidente do BNDES, João Carlos Ferraz, após um evento no Rio na quinta- feira passada.

Barros, do Ibre/FGV, ressaltou as diferenças entre 2009 e 2012. No primeiro caso, a crise provocou um travamento do crédito no sistema financeiro internacional. Agora, os investimentos não pararam por falta de crédito, mas, em sua visão, pela "falta de reformas e regras claras" na economia brasileira.

Ele chamou a atenção para o peso da indústria de transformação. Os empréstimos do BNDES para esse setor representaram 5,7% dos investimentos totais em 2012. O crescimento em relação aos níveis de 2000 a 2008 foi quase todo pela expansão dos setores de comércio e serviços.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria apura recorde na entrada de <u>importados</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Coefficiente de penetração das importações, que mede a participação de produtos manufaturados importados no consumo local, chegou a 21,6**

**Renata Veríssimo / Brasília**

A indústria brasileira sofreu uma maior concorrência dos importados no mercado doméstico em 2012. A conclusão é da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que mediu o grau de abertura comercial do País.

O coeficiente de penetração das importações, que mede a participação de produtos manufaturados importados no consumo doméstico, atingiu 21,6%, recorde histórico. Também foi a maior da história a participação de insumos importados usados na produção: 23,2%.

O coeficiente de exportação, que corresponde à parcela da produção industrial que é vendida no mercado internacional, fechou 2012 em 20,6%. Embora tenha apresentado uma recuperação, já que desde 2007 o indicador não superava a marca de 20%, ainda está longe do recorde de 2004, quando fechou em 22,9%. Segundo a CNI, a desvalorização cambial ocorrida no início do ano passado e as desonerações tributárias para vários setores da indústria deram suporte aos maiores ganhos com exportações, auxiliando no crescimento desse indicador.

Porém, as compras de mercadorias no exterior ainda seguiram em vantagem, segundo avaliou o gerente executivo da Unidade de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca. "O Brasil possui uma ineficiência sistêmica que precisa ser combatida, como tributação dos investimentos, uma carga tributária elevada e complexa, custos trabalhistas altos e uma educação básica ruim. São fatores que reduzem a competitividade, levando à perda de mercados."

O economista da CNI Marcelo Azevedo disse que o aumento dos importados representa não apenas um sintoma

da perda de competitividade do produto nacional como dificulta a recuperação da atividade industrial brasileira. "Na medida em que parte do aumento da demanda interna vem sendo atendida por importados, vai ser preciso ampliar esta demanda para reativar a produção, que reage lentamente."

O coeficiente de exportações líquidas, que é a diferença entre o ganho com as exportações e o custo com as importações, ficou em 6,1%, bem abaixo do nível máximo da série histórica registrado em 2005, de 11,8%.

O coeficiente positivo indica que o faturamento com as vendas externas ainda compensa o custo com as importações.

Mais gastos. Em nove setores, o aumento dos gastos com importados é maior do que o resultado das vendas para o exterior. Entre eles, estão: informática, eletroeletrônicos e ópticos, derivados de petróleo e biocombustíveis e químicos.

Fonseca avaliou que o Brasil está perdendo competitividade no mercado interno em relação aos produtos de outros países, como os asiáticos. Segundo ele, as importações cresceram mais no ano passado do que o efeito da desvalorização cambial, mostrando uma perda de mercado efetiva dos produtos nacionais industriais no consumo.

O desempenho foi ruim também no front externo. As exportações não conseguiram conquistar mercados tanto quanto aumentou a entrada de importados no País: "Estamos perdendo mercado na América Latina e nos EUA para os asiáticos."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo negocia com setor para aprovar MP dos portos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Empresas e portuários vão tentar impor algumas contrapartidas para aceitar as mudanças previstas na Legislação**

**Renée Pereira**

O governo inicia hoje uma série de audiências para tentar apaziguar os ânimos de representantes do setor portuário e aprovar a medida provisória 595 no Congresso Nacional. Empresas e trabalhadores, por sua vez, vão propor contrapartidas para aceitar as mudanças previstas na atividade portuária. O primeiro encontro será com sindicalistas e trabalhadores, que temem perder força com as novas regras da MP. Na semana que vem, as discussões devem envolver o setor empresarial.

"Todos os pontos da MP foram colocados para dar mais competitividade aos nossos produtos e ao País. Mas vamos ter todo o cuidado para discutir com trabalhadores e empresários e garantir melhorias no setor", afirmou o ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino. Um dos principais pontos de discórdia é o fim das restrições para construção de terminais privados fora dos portos organizados.

As empresas instaladas dentro dos portos públicos não concordam com a liberação e reclamam da assimetria de custos entre os terminais. Os trabalhadores também levantaram a bandeira em defesa dos portos públicos, já que nos terminais privados não há obrigatoriedade de contratar mão de obra avulsa. Nos bastidores, os dois grupos têm se apoiado para lutar contra as novas regras.

"Ao contrário do que dizem, de que vamos prejudicar e sucatear os portos públicos, vamos modernizar e torná-los mais

eficiente", diz o ministro. Segundo ele, o governo vai licitar 42 novos terminais nos portos organizados. "Isso vai significar mais investimentos, maior capacidade de operação e mais emprego."

De qualquer forma, terminais arrendados e trabalhadores vão aproveitar o momento para conseguir algumas vantagens para aceitar as mudanças previstas na MP. No caso das empresas, uma contrapartida pode ser assegurar - agora - a renovação dos contratos por mais 25 anos, afirma um executivo do setor de infraestrutura.

Para os trabalhadores, uma reivindicação é criar uma aposentadoria especial. O presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli, afirma que o setor calcula que hoje entre 25% e 30% da mão de obra está em fase de aposentadoria. "A mão de obra está envelhecendo. Além da aposentadoria dos mais velhos, precisamos criar um programa de treinamento", diz Manteli.

Na avaliação dele, outros pontos merecem ser discutidos com mais afinco, como a renovação dos contratos de arrendamentos anteriores a Lei dos Portos. Ao contrário do que vem sendo divulgado, o governo não decidiu se prorroga por mais tempo ou não os arrendamentos.

"Hoje a decisão é de licitar todos os terminais (são 52). Mas há reivindicações que estão sendo avaliadas pelo governo", diz Cristino. O assunto também está na mesa da ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann. As empresas dizem que têm mais de R\$ 10 bilhões para investir caso haja renovação.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Podemos fazer o diabo na hora da eleição', diz Dilma</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Em clima de campanha, presidente prega, porém, cautela no mandato; Aécio admite disputar o Planalto**

Em viagem à Paraíba, a presidente Dilma Rousseff afirmou ontem que na hora da eleição se pode "fazer o diabo", mas, como presidente, é preciso ter cautela. Nas oito horas em que passou no Estado, ela afagou parceiros, garantiu recursos e prometeu investimentos. Também afirmou que a economia brasileira está mais sólida e não sofre tanta influência da crise econômica mundial. "Nós podemos brigar na eleição, nós podemos fazer o diabo quando é hora da eleição. Agora, quando a gente está no exercício do mandato, temos de respeitar o povo", disse a presidente. O discurso foi feito no mesmo dia em que Aécio Neves admitiu, em Goiânia, sua candidatura ao Planalto e disse estar "pronto para o confronto" com o PT. "Um governo que acha que a pobreza acaba com um decreto merece ser enfrentado e combatido", afirmou. "Ela (a presidente Dilma) não está de olho em 2013, no governo, mas na reeleição em 2014."

**Petista prega cautela no mandato e diz que só na eleição "se faz o diabo"**

**Mana Rizzo**

**Enviada especial / Itatuba (PB)**

Rodeada por ministros, prefeitos, parlamentares e aos gritos de "poderosa" vindos de uma plateia formada por movimentos sociais, a presidente Dilma Rousseff desembarcou ontem na Paraíba, Estado comandado pelo PSB. Ela disse que na hora da eleição se pode "fazer o diabo", mas, como presidente, é preciso ter cautela. Nas oito horas em que passou em solo paraibano, Dilma afagou parceiros, garantiu recursos, prometeu investimentos e colocou à disposição de aliados o cofre do **Governo Federal**.

"Nós podemos disputar eleição. Nós podemos brigar na eleição, nós podemos fazer o diabo quando é hora da eleição. Agora, quando a gente está no exercício do mandato, nós temos que respeitar o povo", disse a presidente.

A visita desmarcada outras vezes ocorreu em meio a disputa envolvendo o Planalto e o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), potencial candidato a presidente em 2014.

Dilma tenta acalmar os ânimos do PSB ao mesmo tempo que manda recados de que não abre mão do eleitorado do Nordeste, conquistado pelo ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva. Com afagos ao governador Ricardo Coutinho (PSB) e com o peso da caneta federal, tenta manter o paraibano na órbita do Planalto.

Usando uma das vitrines de seu governo, o Minha Casa Minha Vida, a presidente disse que não vai aceitar o uso político do programa. "Essas casas foram feitas com o dinheiro de vocês. Eu represento vocês aqui quando entrego a casa. Eles, os que recebem a casa, não devem nada a ninguém", disse Dilma, ao entregar chaves das unidades para famílias de baixa renda.

"Meu governador". Nos dois discursos que fez, a presidente elogiou diversas vezes o "meu governador Ricardo Coutinho" e prometeu repasse de verbas e novas parcerias. Coutinho apresentou uma série de reivindicações, que chamou de desejos, e Dilma prometeu atendê-los.

Os dois passaram o tempo todo juntos, causando desconforto no prefeito de João Pessoa, o petista Luciano Cartaxo, adversário político de Coutinho.

Da capital, a presidente seguiu para um almoço na casa da família do ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro (PP), em Campina Grande. Em seguida, voou até a barragem de Acauã.

"Essa obra é um símbolo do apreço e da prioridade que esse governo tem com a questão da água", disse Dilma; ao assinar a ordem de serviço na barragem Acauã-Araçagi.

Seca. O discurso foi também uma resposta às críticas de que o **Governo Federal** tem feito pouco pela seca que atinge a região há meses. Segundo Dilma, o governo faz obras emergenciais e também estruturantes porque não quer que o nordestino viva de carros-pipa.

"Muitas". A obra de quase R\$ 1 bilhão só deve ficar pronta em 2015. Após Coutinho afirmar que espera a presidente para anunciar a conclusão das obras, Dilma disse que voltará ao Estado. "Essa foi a primeira visita de muitas", repetiu durante o dia.

Além de João Pessoa e Campina Grande, cidade governada pelo PSDB, Dilma foi a Itatuba, onde inaugurou um canal de interligação as obras da transposição do São Francisco.

Dilma elogiou os paraibanos, a história de resistência do Estado e as "mulheres-machos".

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAPÁ	EDITORIA
	TÍTULO <b>José Sarney anuncia frentes para manter livre <u>comércio</u></b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O senador José Sarney (PMDB-AP) conclamou, ontem, os amapaenses, a se unirem a ele para que a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) tenha renovada a sua licença de funcionamento.

Sarney informou que a licença para o atual funcionamento da ALCMS expira dia 31 de dezembro do corrente ano. Para ele, caso não seja formada uma união de forças, o livre comércio praticado em Macapá e Santana poderá deixar de existir.

O senador também citou as bancadas parlamentares do estado do Amazonas e as do Sul e Sudeste como resistentes à renovação do funcionamento da ALCMS.

Com o propósito de subtrair as oposições à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, o senador José Sarney entrou com projeto de lei no Congresso Nacional, vinculando-o ao funcionamento da Zona Franca de Manaus.

Obrigatoriamente, o projeto de José Sarney será discutido e votado, sucessivamente, no Senado da República e na Câmara Federal.

Ontem, o senador informou que apresentou o projeto em caráter de urgência, considerando o pouco tempo existente para o fim da atual licença da área de livre comércio.

Ao mesmo tempo em que pede ajuda e articula a aprovação do projeto de lei, Sarney conta com estudos da área jurídica da Presidência da República que verifica se há uma maneira de licenciar a ALCMS por medida que não seja uma lei.

“Eu já falei com a presidente Dilma sobre isso. Receptível, ela imediatamente autorizou a assessoria jurídica da Presidência da República a fazer estudos para encontrar uma maneira de a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana continuar funcionando, um decreto, talvez”, disse o senador.

Sarney citou todos os políticos amapaenses como responsáveis pela permanência da ALCMS, bem como outros segmentos do Amapá. “A situação é preocupante demais; eu criei sozinho a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Agora, que nesta luta eu não venha a carregar tudo nas costas”, disse o parlamentar.

## Senado

Projeto equipara áreas de livre comércio com Zona Franca de Manaus

LOC: O SENADOR JOSÉ SARNEY, DO PMDB DE AMAPÁ, APRESENTOU PROJETO PARA GARANTIR IGUALDADE DE TRATAMENTO ENTRE AS ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO NO NORTE DO PAÍS E A ZONA FRANCA DE MANAUS.

LOC: O OBJETIVO É VINCULAR O PRAZO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS, COMO EXPLICA A REPÓRTER NARA FERREIRA:

TÉC: A proposta pretende vincular a vigência da Zona Franca a das chamadas ALC, áreas de livre comércio, que incluem a Amazônia Ocidental e as localidades de Tabatinga, Guajará-Mirim, Boa Vista e Bonfim; Macapá e Santana, Brasileia e Cruzeiro do Sul. As ALC foram criadas para promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do Norte do Brasil e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos. De acordo com o senador José Sarney, autor do projeto, há um descompasso na legislação existente. O prazo inicialmente previsto para vigorarem as áreas de livre comércio era de 25 anos. Uma lei de 1997 fixou a extinção em janeiro de 2014, porque na época esta também era a data prevista para encerramento da Zona Franca de Manaus. Mas, em 2003, o tempo de validade da Zona Franca foi prorrogado. Para José Sarney, a proposta é uma questão de justiça e equilíbrio federativo, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais. A Zona Franca de Manaus completou 46 anos em 28 de fevereiro. Na ocasião, a senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, destacou em plenário que os incentivos fiscais nessas regiões são um mecanismo essencial de estímulo ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

(VANESSA) Esse benefício que nós temos e agradecemos a todo o Brasil, servem não só à Amazônia, mas vem servindo ao Brasil como um todo. imagina se nós não tivéssemos nada, nenhuma alternativa de desenvolvimento para a região, como seria? Considero um modelo da mais extrema competência que vem dando certo. O próprio

**Ministério** do **desenvolvimento** indústria e **comércio** tem deixado claro que é preciso investira além do fortalecimento da **Zona Franca**, investir nos setores que representam a nossa vocação natural.

(REPÓRTER) O projeto do senador José Sarney foi encaminhado à Comissão de **Desenvolvimento Regional** e Turismo. Será examinado também pela Comissão de Assuntos Econômicos, de onde poderá serguir para a Câmara dos Deputados, sem votação no plenário.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>80% dos servidores não se aposentam</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Governo evita aposentadoria de servidores

**Com abono, 80% dos que se aposentariam preferem continuar trabalhando**

**Cristiane Bonfanti**

**Adiamento. Joaquim Mesquita não deixou cargo em Ministério**

**Aposentadoria. Gonzaga Filho: "Tenho direito a salário integral"**

BRASÍLIA Para evitar a perda de profissionais qualificados do serviço público em condições de se aposentar, o **Governo Federal** ampliou nos últimos anos o gasto com o chamado abono permanência, gratificação paga para o servidor continuar na ativa. Mais do que o peso dessa despesa nas contas públicas (R\$ 954,8 milhões em 2012 pagos a 95.166 trabalhadores, com gasto médio mensal de R\$ 836 por servidor), a prática evidencia distorções no sistema do funcionalismo. A principal é que, segundo estimativa do próprio governo, na média dos últimos cinco anos, 80% dos que adquirem o direito à aposentadoria preferem continuar trabalhando, o que interessa aos dois lados.

Esse cenário confirma que os servidores públicos têm condições de deixar o trabalho cedo, mesmo em condições de produzir, situação que deve mudar com o Funpresp, o fundo de previdência complementar do servidor. Com o novo regime, quem entrar a partir de agora no serviço público terá de contribuir para o Funpresp, se quiser ganhar uma aposentadoria acima do teto da Previdência Social, hoje em R\$ 4,1 mil.

- Além de ser uma estratégia vantajosa para o governo, a concessão de abono permanência é reflexo da maior longevidade e melhor qualidade de vida da população - disse a consultora legislativa do Senado Meiriane Nunes Amaro, especialista em previdência.

Ainda em idade produtiva, muitos potenciais aposentados preferem continuar trabalhando com uma gratificação a mais. Devido ao incentivo financeiro, o servidor Joaquim Mesquita, de 58 anos, optou por não deixar o cargo. No funcionalismo há mais de 30 anos e beneficiado por regras

de transição - hoje, a idade de aposentadoria no serviço público é de 60 anos de idade e 35 de contribuição para homens, e de 55 anos de idade e 30 de contribuição para mulheres -, ele poderia ter parado de trabalhar há mais de dois anos. Sem o abono e outras gratificações que perderia, no entanto, sua remuneração seria reduzida em R\$ 1,7 mil.

- O abono influenciou. Além disso, ficar parado diminui a expectativa de vida. Minha filha está cursando Medicina e, daqui a dois anos e meio, quando ela se formar, devo me aposentar - disse Mesquita.

Servidor do **Ministério** da Ciência e Tecnologia há mais de 30 anos, o paraibano Francisco Gonzaga Filho, de 57 anos, poderia ter se aposentado em 2011, mas perderia 25% de seu salário, também pelas regras que beneficiam funcionários mais antigos:

- Tenho direito à aposentadoria com o salário integral a partir de junho deste ano. Aí, sim, vou pedir o benefício.

Desde 2004, quando custava R\$ 199,9 milhões (valor já corrigido pela inflação), o gasto com o abono permanência cresceu 377,6%. Proporcionalmente, passou de 0,3% para 1% da despesa anual de pessoal civil do Executivo. Com o atual quadro do funcionalismo mais envelhecido, essa fatura deverá ficar cada vez mais pesada. Hoje, a idade média dos servidores públicos federais do Executivo é de 46 anos - ou seja, é grande o contingente de aposentados num futuro próximo. No **Ministério** da Agricultura, essa média é de 53 anos e, no da Ciência e Tecnologia, de 51.

Esse cenário tem contribuído para um "boom" no volume de potenciais aposentados. No Executivo, apenas este ano, mais 75.281 servidores terão condições de requerer aposentadoria. Para 2014, o total previsto é de 16.708. Isso significa que 18,7% do total de um milhão de funcionários ativos no Poder Executivo terão condições de se aposentar até ano que vem.

O **Ministério** do Planejamento observou, porém, que não é possível dizer que esses números representam a quantidade de abonos salariais a serem pagos em 2013 e 2014. "É preciso levar em conta que se trata de uma opção feita pelo servidor. O abono é um incentivo remuneratório para ele permanecer em atividade", informou, em nota.

Para o economista Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é melhor para o governo pagar o abono permanência do que aposentar uma multidão de servidores todos os anos. Ele explicou que, desde o início do governo Lula, o funcionalismo teve aumentos salariais expressivos, o que diminuiu a distância entre o salário inicial e o final nas carreiras.

Dessa forma, hoje, quando um auditor fiscal da Receita Federal deixa o trabalho, por exemplo, com um salário final de R\$ 19,4 mil, um novo concursado entra com remuneração

inicial de R\$ 13,6 mil, o que impõe um custo pesado para os cofres públicos.

- É mais barato para o governo pagar o adicional. Antigamente, a diferença dos salários de entrada e saída era grande. Mas ela diminuiu muito - explicou Almeida.

Ele avaliou que, se o governo tivesse regulamentado o Funpresp ainda no governo Lula, todas as contratações dos últimos dez anos teriam um impacto menor na folha de pagamento.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma diz que 'espiro lá fora' não dá pneumonia no Brasil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Em João Pessoa, presidente afirma que país mudou e reduziu desemprego

**Letícia Lins**

**Enviada especial**

João Pessoa Apesar do fraco desempenho do Produto Interno Brasileiro (**PIB**, conjunto de bens e serviços produzidos) - apenas 0,9% em 2012 - a presidente Dilma Rousseff mostrou não se intimidar com o pífio crescimento da economia do país. Ela assegurou ontem que não há perigo de o **Brasil** contrair "pneumonia" por causa de "algum espiro lá fora", ao fazer um discurso para cerca de três mil pessoas, na entrega de 576 unidades do programa Minha Casa Minha Vida em João Pessoa.

A presidente disse que o fim da miséria - mediante programas sociais como o Bolsa Família - está "mudando a cara do país", e que só sossegará quando todos tiverem teto. Dilma acrescentou que quer "um país de classe média", em que as pessoas sejam consumidoras.

- O **Brasil** vem mudando, porque nós aumentamos as oportunidades de trabalho e reduzimos o desemprego. Porque nós temos uma correção correta do salário mínimo. O **Brasil** vem mudando porque, quando há uma crise lá fora, um espiro, o **Brasil** não pega pneumonia. Temos R\$ 378 bilhões de reservas - assegurou.

Segundo Dilma, só na Paraíba, o Minha Casa Minha Vida já financiou 36 mil moradias. Ela chegou a se desculpar por falar tanto em números, depois de computar mais de R\$ 2,6 bilhões enviados à Paraíba:

- Estou falando em números, mas sei que muita gente acha chato. Há pessoas que ainda não têm acesso ao Minha Casa Minha Vida, mas não descansaremos enquanto o último brasileiro ainda não tiver direito à moradia. Vamos supor que a gente chegue a 1,1 milhão e aí contrataremos mais outro milhão. E aí garantiremos que a população desse país tenha

uma coisa fundamental, um teto sobre sua cabeça. Mais do que um teto, um lar, e, nesse lar, que as famílias sejam felizes - disse Dilma.

Dilma afirmou que o **Brasil** vive um grande momento de sua história por estar debelando a pobreza. Assegurou que toda "miséria visível" aos olhos do governo já tem cobertura do Bolsa Família e de outros programas sociais.

Porém, pediu aos prefeitos presentes à cerimônia em João Pessoa que a ajudassem a localizar a pobreza "ainda invisível" aos olhos da Presidência. Ela voltou a repetir os números já divulgados sobre a redução de miseráveis:

- Se não existisse o programa social do governo, teríamos 35 milhões de pessoas extremamente pobres. Pessoas abaixo da linha da miséria definida pelo Banco Mundial, que têm R\$ 70 de renda per capita. Quando criamos o Bolsa Família, o programa atingiu 14 milhões nessas 36 milhões de pessoas. Fizemos programa voltado para crianças e jovens, porque no **Brasil** tinha uma coisa muito errada. A cara da pobreza era basicamente mais da metade de crianças e jovens. Resolvemos olhar para eles, que são o futuro do país.

**Mas alertou que ainda há cerca de 700 mil famílias muito necessitadas:**

- Estamos na reta final. Podemos acabar com a miséria extrema no Brasil. E isso é uma honra para nós. Muda a cara do país. Porque queremos que o país seja de classe média, um país de renda média, um país onde as pessoas sejam consumidoras.

Ao explicar por que a maioria dos beneficiários do Minha Casa Minha Vida e do Bolsa Família são mulheres, ela evocou um alerta do ex presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva:

- **Lula** dizia, foi um homem que disse: "se não for assim, vai aumentar o consumo de cerveja. A mulher vai pegar o dinheiro e dar para o filho" - afirmou a presidente Dilma.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIB baixo não esfria <u>mercado</u> de trabalho</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Analistas esperam desemprego ainda menor este ano, mas alertam para pressão de salários sobre preços**

**Nice de Paula**

Depois de um 2012 de bons resultados para o emprego e a renda, o mercado de trabalho deve voltar a fazer a alegria do brasileiro este ano. Apesar das ameaças de inflação, juros e crescimento ainda modesto, analistas preveem que a taxa média de desemprego de 2013 será ainda menor do que os 5,5% do ano passado, que já foi a mais baixa da série histórica do IBGE, iniciada em 2002.

- Este ano a indústria tende a crescer um pouco e evitar demissões. Além disso, o setor de serviços e a construção civil vão continuar se expandindo e o mercado de trabalho tem condições de manter sua força. A taxa de desemprego deve ficar um pouco menor do que no ano passado, em 5,2% na média anual - afirma Rafael Bacciotti, da consultoria Tendências.

No ano passado, o mercado de trabalho surpreendeu os especialistas por apresentar resultados tão bons, diante de um crescimento de apenas 0,9% da Produto Interno Bruto (**PIB**). Para a maioria deles, fenômeno foi explicado pelo setor de serviços, que emprega muita mão de obra e teve crescimento bem acima da média do país. Mas eles apontaram outras razões, como o aumento do salário mínimo, impacto de programas sociais e a resistência dos empresários em demitir, na expectativa de que a economia iria se recuperar depois.

- O **PIB** per capita cresceu zero e a renda per capita do trabalho cresceu 3%, uma diferença bem grande, um descompasso. O "**PIB**inho" não chegou ao bolso do trabalhador - diz Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Neri vê várias possibilidades para explicar o descolamento, e destaca, por exemplo, um aumento de 8,5% no rendimento dos analfabetos durante o ano de 2012.

- Se o **PIB** é um bom retrato do Brasil, essas coisas do mercado de trabalho são um bom retrato do brasileiro. Então, chego à conclusão que os brasileiros vão melhor do que o Brasil.

**Dieese vê pouca criação de vagas este ano**

Para o economista José Márcio Camargo, da Opus Investimentos, o desemprego brasileiro já está com taxas inferiores ao que se pode chamar de pleno emprego e deve cair um pouco mais ao longo este ano, para algo em torno de 5,25%. O lado ruim, diz ele, é o risco de os salários pressionarem a inflação.

- Está começando a haver uma corrida entre salários e preços. Com o mercado aquecido, os trabalhadores buscam reajustes maiores e os empresários repassam para produção. No fim, quem sai perdendo com a inflação são os trabalhadores - avalia.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, diz que o consumo segue crescendo e a taxa de desemprego deve continuar baixa este ano, podendo cair um pouco em relação à média do ano passado, mas também pondera:

- Estamos chegando num limite perigoso. Essa taxa é condizente com um cenário de inflação em aceleração.

O diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, espera um recuo na taxa de desemprego, mas nada tão significativo, diante da previsão de um crescimento maior da economia, de 2% a 3%. Ou seja, é possível que este ano, o **PIB** do país tenha um crescimento maior e o recuo do desemprego seja mais modesto. A hipótese do Dieese é que em 2012 os empresários evitaram demitir, porque acreditaram na recuperação da economia a curto prazo.

- Se isso tudo se confirmar, as empresas têm capacidade ociosa e podem aumentar a produção sem fazer contratações pesadas neste momento. A taxa nacional da nossa pesquisa de desemprego, que é diferente da do IBGE e ficou em 10,5% ano passado, deve baixar 10,2% ou 10% neste ano. Nada tão robusto, como por exemplo, quando a gente compara com a queda registrada no desemprego desde 2004, quando a taxa de 23%.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma quer ver IPCA de fevereiro antes de anunciar novos incentivos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A presidente Dilma Rousseff tem em sua mesa um pacote de bondades que inclui a desoneração da cesta básica e também da folha de pagamentos de 40 setores da indústria. Mas ela só vai confirmar os incentivos ao crescimento se a inflação cair**

**Dilma espera por baixa na inflação para anunciar novas desonerações**

**Se preços continuarem a subir de forma indesejada, presidente pode até vetar alguns incentivos**

#### **Gustavo Machado**

Para incentivar a atividade econômica do país, a Presidente da República, Dilma Rousseff, já possui em sua mesa novos pacotes de desonerações. No entanto, está aguardando um melhor momento para anunciá-los. Mais especificamente, Dilma espera a publicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de fevereiro, que será feita na próxima sexta-feira (8). As medidas, que desoneram a cesta básica e a folha de pagamentos de 40 novos setores, entre industriais e prestadores de serviços, podem causar um efeito desfavorável à inflação, na visão da presidente. O momento econômico atual do país, o qual é chamado por alguns de estagflação — estagnação do crescimento com inflação elevada — pode estar perto do fim e é a aposta da presidente. Caso o IPCA de fevereiro aponte uma resistência acima da desejada pelo Planalto, a presidente pode segurar os pacotes, e há quem diga, pode até vetar as novas desonerações da folha de pagamentos.

O Congresso Nacional aprovou semana passada uma extensão à Medida Provisória 582/2012, adicionando 40 novos setores ao programa que substitui a contribuição previdenciária incidente nos salários pela taxa de 1% do faturamento das companhias contempladas. Sob o argumento de que pode haver perda de receita, conta que o governo dará maior importância neste ano, Dilma estuda vetar a extensão a estes novos setores. O projeto, que originalmente contemplava 15 novos setores, foi ampliado sem a anuência

do Planalto. No **Ministério** da Fazenda, a única desoneração programada para o início deste ano é a da cesta básica. Caso decida aprovar a extensão da MP 582, a presidente aguardará ao menos a queda da inflação para patamares mais confortáveis. Segundo indicações do próprio Banco Central, esta acomodação do IPCA deve acontecer entre o final do primeiro semestre e o início do segundo. Atualmente, a inflação oficial está em 6,15% e pode passar de 6,20% em fevereiro, segundo projeções.

#### **Pneumonia**

Dias após a publicação das contas nacionais, as quais indicaram crescimento de 0,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2012, Dilma Rousseff afirmou que o **Brasil** não está sofrendo grandes consequências da crise internacional. Ela se apega às baixas taxas de desemprego e ao crescimento da renda para indicar que a situação econômica ainda é boa. “O **Brasil** vem mudando porque nós aumentamos as oportunidades de trabalho e reduzimos o desemprego; porque nós demos uma correção correta para o salário mínimo”, disse a presidente, em João Pessoa, durante entrega de novas unidades do programa Minha Casa, Minha Vida. “O **Brasil** vem mudando porque, quando há uma crise lá fora, um espirro, não pega pneumonia”, acrescenta. Repetindo promessas feitas na semana passada, durante reunião do Conselho de **Desenvolvimento** Econômico e Social, a presidente diz que seu governo atacará os problemas que afetam a competitividade do Brasil, e citou especificamente a situação de portos e aeroportos.

Recentemente o governo iniciou um programa de concessão de aeroportos e está em tramitação no Congresso uma medida provisória, considerada prioritária pelo Palácio do Planalto, para reformar a regulamentação dos portos no país. Dilma também disse em João Pessoa que seu governo “não descansará” até que todos os brasileiros tenham acesso a moradias dignas e que novas unidades serão contratadas por meio do programa Minha Casa, Minha Vida. ■ Com agências

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Importados já são 21% do que país consome</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A fatia é a maior da série histórica pesquisada desde 1996 pela CNI. Para a entidade, o resultado se explica pela baixa competitividade da indústria brasileira**

**Consumo de importados no Brasil é o maior desde 1996**

**Falta de competitividade da indústria nacional abre espaço para a entrada de artigos produzidos no exterior**

**Edla Lula, de Brasília**

A falta de competitividade da indústria nacional está cedendo cada vez mais espaço para os produtos importados. É o que mostra a análise Coeficientes de Abertura Comercial, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com o documento, a parcela dos produtos importados no consumo nacional — o coeficiente de penetração de importação — atingiu 21,6% em 2012, valor recorde para toda a série histórica iniciada em 1996. Em 2011 o índice havia ficado em 19,5%. “O indicador aumentou muito mais pela perda de competitividade do que por uma maior integração na cadeia produtiva mundial”, observou o gerente-executivo da Unidade de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca. O coeficiente de exportações, que mede, em reais, o quanto houve de exportação em tudo o que a indústria produziu, também aumentou, saindo de 19,4% para 20,6%.

No entanto, esta elevação se deu mais pela variação cambial, que saiu da casa de R\$ 1,60 para R\$ 1,90 entre os anos comparados. “O indicador cresceu mais que a desvalorização. E não houve aumento de produtividade. Isto mostra que há uma perda efetiva de mercado ocorrendo no Brasil. Estamos perdendo mercado na América Latina e nos Estados Unidos, principalmente”, disse o analista. Países asiáticos como China e Cingapura ocupam o espaço do Brasil tanto aqui dentro quanto lá fora. O economista acrescentou que os indicadores evoluíram num ano em que a produção industrial foi bastante baixa. A elevação dos indicadores em si

seria uma boa notícia, pois os coeficientes de abertura comercial medem o grau de inserção da indústria brasileira no mercado exterior.

Mas o economista salientou que não é caso do Brasil. “Um país mais aberto, que importa muito e exporta muito, é bom. Você compra o que tem de melhor lá fora e também vende bem, ou seja, entra na cadeia produtiva de outros países”. Mas, para ele, o que está ocorrendo no caso brasileiro é justamente o oposto, o Brasil está tendo uma forte perda de competitividade. Ricardo Fonseca comentou que as últimas medidas adotadas pelo governo para estimular a economia podem contribuir para reverter a falta de competitividade, mas num processo muito lento. “É difícil saber quão intensa será uma medida dessas, a ponto de aumentar a competitividade e quão rápido vai aparecer nos resultados comerciais.”

Em sua opinião há outros problemas, relacionados ao que chamou de “ineficiência sistêmica”, que impedem a reversão. Citou a carga tributária, acompanhada de um sistema tributário complexo, que traz dificuldade até para desonerar as exportações. Lembrou ainda os problemas de infraestrutura e os gargalos logísticos, que mesmo com as concessões anunciadas, demorarão ainda de serem viabilizadas. E ainda há as questões trabalhistas, com uma grande dificuldade de empresas e trabalhadores chegarem a acordos, pois tudo é regulado por lei. “Algumas medidas, como a desoneração da folha e a redução do custo de energia ajudarão. Mas várias outras ainda precisam ser implementadas”, disse.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma espera por baixa na inflação para anunciar novas desonerações</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Se preços continuarem a subir de forma indesejada, presidente pode até vetar alguns incentivos**

**Gustavo Machado**

Para incentivar a atividade econômica do país, a Presidente da República, Dilma Rousseff, já possui em sua mesa novos pacotes de desonerações. No entanto, está aguardando um melhor momento para anunciá-los. Mais especificamente, Dilma espera a publicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de fevereiro, que será feita na próxima sexta-feira (8). As medidas, que desoneram a cesta básica e a folha de pagamentos de 40 novos setores, entre industriais e prestadores de serviços, podem causar um efeito desfavorável à inflação, na visão da presidente. O momento econômico atual do país, o qual é chamado por alguns de estagflação — estagnação do crescimento com inflação elevada — pode estar perto do fim e é a aposta da presidente. Caso o IPCA de fevereiro aponte uma resistência acima da desejada pelo Planalto, a presidente pode segurar os pacotes, e há quem diga, pode até vetar as novas desonerações da folha de pagamentos.

O Congresso Nacional aprovou semana passada uma extensão à Medida Provisória 582/2012, adicionando 40 novos setores ao programa que substitui a contribuição previdenciária incidente nos salários pela taxa de 1% do faturamento das companhias contempladas. Sob o argumento de que pode haver perda de receita, conta que o governo dará maior importância neste ano, Dilma estuda vetar a extensão a estes novos setores. O projeto, que originalmente contemplava 15 novos setores, foi ampliado sem a anuência do Planalto. No **Ministério** da Fazenda, a única desoneração programada para o início deste ano é a da cesta básica. Caso decida aprovar a extensão da MP 582, a presidente aguardará ao menos a queda da inflação para patamares mais confortáveis. Segundo indicações do próprio Banco Central, esta acomodação do IPCA deve acontecer entre o final do primeiro semestre e o início do segundo. Atualmente, a

inflação oficial está em 6,15% e pode passar de 6,20% em fevereiro, segundo projeções.

**Pneumonia**

Dias após a publicação das contas nacionais, as quais indicaram crescimento de 0,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2012, Dilma Rousseff afirmou que o **Brasil** não está sofrendo grandes consequências da crise internacional. Ela se apega às baixas taxas de desemprego e ao crescimento da renda para indicar que a situação econômica ainda é boa. “O **Brasil** vem mudando porque nós aumentamos as oportunidades de trabalho e reduzimos o desemprego; porque nós demos uma correção correta para o salário mínimo”, disse a presidente, em João Pessoa, durante entrega de novas unidades do programa Minha Casa, Minha Vida. “O **Brasil** vem mudando porque, quando há uma crise lá fora, um espirro, não pega pneumonia”, acrescenta. Repetindo promessas feitas na semana passada, durante reunião do Conselho de **Desenvolvimento** Econômico e Social, a presidente diz que seu governo atacará os problemas que afetam a competitividade do Brasil, e citou especificamente a situação de portos e aeroportos.

Recentemente o governo iniciou um programa de concessão de aeroportos e está em tramitação no Congresso uma medida provisória, considerada prioritária pelo Palácio do Planalto, para reformar a regulamentação dos portos no país. Dilma também disse em João Pessoa que seu governo “não descansará” até que todos os brasileiros tenham acesso a moradias dignas e que novas unidades serão contratadas por meio do programa Minha Casa, Minha Vida. ■ Com agências

	VEÍCULO CORREA NETO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Camilo CaPIBeribe elogia estabilidade institucional e anuncia reforma administrativa</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Na sessão inaugural da Assembleia Legislativa do Amapá, nesta terça-feira, 5, o governador Camilo CaPIBeribe elogiou a recém-conquistada estabilidade institucional, fez um balanço dos avanços em 2012 e anunciou a tão esperada reforma administrativa do Estado.**

Com base em estudo da Fundação Getúlio Vargas, o Projeto de Lei será encaminhado ao parlamento em abril. “Espero o entendimento e a colaboração dos deputados para executar um choque de gestão, com enxugamento da máquina administrativa, reforço dos órgãos de controle interno, valorização dos postos de trabalho e realinhamento salarial”, resumiu o governador.

Além da reforma administrativa, o governador também encaminhará ao parlamento o Projeto de Lei de Concessões das Floretas Públicas do Amapá. “Com o apoio da Assembleia Legislativa, vamos conceder à iniciativa privada a oportunidade de explorar 2,400 milhões de hectares de florestas por meio do plano de manejo”, antecipou.

#### **Estabilidade institucional**

No balanço das ações do governo, Camilo CaPIBeribe destacou que nos dois primeiros anos de sua gestão “trabalhamos para equilibrar as finanças do Estado do Amapá, como se tivéssemos de trocar os pneus de um automóvel em movimento”.

O coroamento desse esforço, segundo o governador, aconteceu no final de 2012, “quando, finalmente, construímos a estabilidade institucional com a cooperação entre os Poderes”. O novo ambiente político permitiu ao governo atrair e consolidar investimentos para alavancar a economia amapaense.

“Com isenções fiscais, há poucos dias foi possível à Amcel inaugurar, na área portuária de Santana, sua moderna unidade processadora de cavacos, um investimento de 15 milhões de **dólares**”, contabilizou.

O governador acrescentou que no início deste ano, o Grupo Zamin Ferrous, em reunião no Palácio do Setentrião, confirmou investimentos de 120 milhões de **dólares** para implantação da primeira siderúrgica no Amapá. A nova

planta industrial será instalada no Distrito do Coração, em Macapá.

Por fim, Camilo CaPIBeribe salientou o investimento de R\$ 2,2 bilhões do Grupo EDP (Energia de Portugal) na construção de duas hidrelétricas. “É o maior empreendimento privado no Amapá, em Laranjal do Jari e em Porto Grande, que vai gerar energia suficiente para suprir o nosso Estado e **exportar** o excedente para o **mercado** nacional”, comemorou Camilo.

#### **Motor do desenvolvimento**

Na mensagem ao Legislativo, o governador enfatizou que “a estabilidade institucional é o motor do **desenvolvimento** para que o Amapá se torne, gradativamente, menos dependente das transferências de recursos públicos da União”.

Sobre o recém-conquistado ambiente de cooperação entre os Poderes, Camilo CaPIBeribe disse que “é impossível ao Executivo desempenhar suas missões e responsabilidades sem a inestimável colaboração do Poder Legislativo”.

No campo econômico, o governador fez um contraponto entre o fraco desempenho da economia nacional, em 2012, afetada pela crise internacional, apesar de uma série de estímulos ao consumo, com o forte crescimento do Amapá, especialmente, na geração de empregos.

De acordo com o Cadastro Geral do **Ministério** do Trabalho, de dezembro de 2011 a novembro do ano passado, o Amapá elevou o nível de emprego em 9,28%, enquanto no país o crescimento foi de apenas 3,57%; na Região Norte de 4,45%; Centro-Oeste de 4,95%; Nordeste de 3,21%; Sudeste de 3,39% e Sul de 3,65%.

“Com a cooperação do Legislativo, em 2013, queremos permanecer no topo do ranking na geração de empregos do país”, desafiou o governador. Ele também frisou o crescimento da receita própria, que passou de R\$ 635,07 milhões, em 2011, para R\$ 863,61 milhões, em 2012, com um incremento real de 35,3%.

Da mesma forma, com o intuito de manter o **mercado** aquecido, Camilo CaPIBeribe citou a redução da base de

cálculo do **ICMS**, de 41,67% para apenas 7%, para fortalecer a Área de Livre **Comércio** de Macapá e Santana.

No campo do estímulo à economia, entre as obras que alavancaram a construção civil, o governador enumerou: BR-156, rodovia Norte/Sul, AP-070, Conjunto Habitacional Macapaba, Píer do Santa Inês, **PAC** Congós, acesso à ponte binacional de Oiapoque, banda larga e obras da Caesa.

#### **Amapá competitivo**

Com o objetivo de tornar o Amapá mais competitivo, o governador destacou o Programa de **Desenvolvimento Humano Regional** Integrado (PDRI). Para impulsionar todas as áreas de **desenvolvimento**, o Governo do Amapá vai injetar R\$ 1,9 bilhão nos próximos quatro anos, sendo R\$ 980 milhões do **BNDES** e R\$ 110 milhões como contrapartida estadual.

Em nome dos parlamentares, na saudação ao governador Camilo Ca**PIB**eribe, o deputado Eider Pena elogiou o papel do chefe do Executivo no resgate do equilíbrio entre os Poderes. “Todos queremos paz e **desenvolvimento** para o Amapá, o que significa entendimento das instituições para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos”.

O presidente da Assembleia, Júnior Favacho, encerrou a sessão legislativa inaugural com a certeza de que em 2013 o ambiente político de cooperação será aprimorado. “O povo do Amapá pode ter certeza de que o Legislativo vai cumprir o seu papel institucional para construirmos, juntos, o **desenvolvimento** do Estado”.

Régis Sanches/Secom